

PROCURADOR MUNICIPAL

Salvador - 2006

51. A função social da propriedade imobiliária urbana incorpora uma dimensão ambiental que

- (A) impõe à lei, por expressa disposição constitucional, o dever de ponderar a proteção do meio ambiente com outros valores integrantes da função social da propriedade.
- (B) deve ser disciplinada pelo Plano Diretor do Município, meio legal hábil para a definição do conteúdo da função social da propriedade.
- (C) proíbe o legislador de tratar de modo diferenciado a proteção do meio ambiente urbano e do meio ambiente rural, pois a função social da propriedade tem o mesmo conteúdo para ambas as áreas.
- (D) proíbe a supressão de áreas verdes nativas ou em grau elevado de regeneração, impondo-se sua prevalência sobre os demais direitos subjetivos inerentes à propriedade.
- (E) permite ao Poder Executivo efetuar o desapossamento administrativo, sem pagamento de indenização, de áreas desconformes à função social.

52. Como característica específica da usucapião especial urbana, relativamente à forma geral de usucapião, tem-se

- A) a dispensa da comprovação da posse de boa-fé e do justo título.
- (B) a necessidade da posse mansa e pacífica, por período determinado de tempo.
- (C) o caráter não jurisdicional de seu reconhecimento, que pode ser efetuado ex officio pelo registro de imóveis.
- (D) a sua limitação a imóveis com área construída de 250 m² , por expressa disposição constitucional.
- (E) a impossibilidade de caracterização da continuidade da posse antiga pelos herdeiros do antigo possuidor.

53. A constituição de uma Área de Proteção Ambiental (APA) em espaço urbano implica a

- (A) imediata desapropriação de todas as áreas privadas compreendidas na APA, para implantação da unidade de conservação.
- (B) possibilidade de os proprietários das áreas compreendidas na APA buscarem indenização, independentemente do grau das restrições estabelecidas.
- (C) cassação de todas as licenças de construção e de exercício de atividades não-residenciais nos limites da APA.
- (D) conversão da natureza da área de urbana para rural, tendo em vista a impossibilidade de a APA ser constituída sobre área urbana.
- (E) possibilidade de imposição de restrições à utilização dos imóveis compreendidos na APA, compatíveis com os propósitos de criação da unidade de conservação.

54. A Resolução nº 2, de 8 de março de 1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, cria o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora - “Silêncio”. Em seu artigo 3º, esse diploma normativo estabelece que “sempre que necessário, os limites máximos de emissão poderão ter valores mais rígidos fixados em nível (...) municipal.” Semelhante dispositivo, quando aplicado à competência municipal para disciplinar a matéria ambiental, é exemplo da

- (A) superioridade das normas federais sobre as municipais.
- (B) possibilidade de os municípios exercerem competência legislativa exclusiva sobre padrões ambientais.
- (C) competência comum para a edição de atos administrativos normativos de defesa do meio ambiente.
- (D) competência legislativa concorrente, cabendo aos municípios regulamentar a aplicação da legislação estadual e municipal que lhes é superior.
- (E) possibilidade de os municípios legislarem sobre assuntos de seu interesse, mesmo que transcendam a dimensão local.

55. Os municípios integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo mencionar a sua participação, direta ou por meio de representantes, nos seguintes órgãos:

- (A) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas.
- (B) Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (C) Comitês de Bacia Hidrográfica pertinentes a seu território e Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
- (D) Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (E) Conselho Estadual do Meio Ambiente e Conselho Nacional dos Recursos Hídricos

56. A implantação, pelo município, de programa de inspeção veicular e manutenção de veículos em uso, com vistas à manutenção da qualidade do ar,

- (A) depende de prévia autorização estadual.
- (B) pode ser efetuada por decisão dos órgãos municipais, independentemente de coordenação com outras unidades da federação.
- (C) depende de prévias autorizações federal e estadual.
- (D) pode ser efetuada por decisão dos órgãos municipais, como regra em coordenação com órgãos estaduais.
- (E) é vedada, cabendo essa atividade exclusivamente aos Estados.

57. A transferência do direito de construir entre duas áreas pertencentes ao mesmo proprietário é providência que

- (A) depende de previsão específica no Plano Diretor, sendo este suficiente para a sua realização.
- (B) decorre diretamente do direito de propriedade constitucionalmente assegurado, constituindo prerrogativa do proprietário.
- (C) pode ser imposta pelo poder público, mediante lei específica, com fundamento na função social da propriedade.
- (D) pode ser autorizada pelo poder executivo, para área prevista no Plano Diretor, independentemente de lei específica autorizativa.
- (E) depende de lei específica para área prevista no Plano Diretor, podendo ser efetuada a requerimento do proprietário.

58. De acordo com o Estatuto da Cidade, NÃO é hipótese que determina a obrigatoriedade do Plano Diretor:

- (A) possuir o município mais de 30.000 (trinta mil) habitantes.
- (B) utilizar-se o município de instrumentos de política urbana previstos nesse Estatuto.
- (C) inserir-se o território municipal em Área de Relevante Interesse Ecológico.
- (D) pertencer o município a região metropolitana.
- (E) integrar o município área de interesse turístico.

59. É argumento que permite defender a natureza da licença de construção como ato administrativo vinculado:

- (A) a existência do direito subjetivo do proprietário ao levantamento de edificação, sujeito à verificação prévia de suas condições pela Administração.
- (B) a possibilidade de cassação da licença, caso o particular não observe as condições de sua outorga.
- (C) a possibilidade de sua outorga mediante condições de conveniência e oportunidade do poder executivo, inclusive para negá-la.
- (D) poder a licença ser revogada ou anulada por decisão motivada da Administração.
- (E) o fato de os critérios de outorga da licença deverem ser previstos em lei.

60. Tendo em vista os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil por dano ambiental, é correto afirmar que

- (A) toda degradação ambiental, tal como prevista na legislação pertinente, enseja o dever de indenizar.
- (B) os atos definidos como degradação ambiental, mas que não se enquadram no conceito de poluição, ensejam o dever de indenizar.
- (C) o evento danoso que enseja a responsabilidade civil circunscreve-se àquele que atenta contra o meio ambiente natural, excluindo-se os outros aspectos do meio ambiente.
- (D) a previsão da responsabilidade objetiva implica que pode haver dano ambiental, mesmo que a atividade praticada esteja dentro dos padrões ambientais administrativamente fixados.
- (E) se houver múltiplas fontes poluidoras, todas elas concorrendo para o evento danoso, cada uma delas será responsabilizada na exata medida de sua culpabilidade e de sua contribuição para o dano ambiental.